

# **Dinâmicas de reprodução e perfil de elites partidárias**

Os casos dos diretórios estaduais de DEM e PT em SP

## **Resumo**

O artigo analisa o perfil e a dinâmica de ocupação de cargos nas Comissões Executivas Estaduais do DEM e do PT de SP, entre 2011 e 2025. O enquadramento teórico proposto entende o diretório como a arena de disputa entre a base de filiados e os mandatários eleitos, sendo que as principais variáveis dessa disputa são ideologia e origem. Mediu-se o perfil dos membros (destacados os cargos-chave) com base em gênero, raça, idade e histórico de ocupação de cargos públicos e o grau de renovação dos órgãos, a partir da coleta dos dados nos sites do TSE, da ALESP e do PT. Observou-se que o DEM apresenta maior dominância de homens brancos com mandato do que o PT. Praticamente não há membros sem histórico eleitoral no DEM, um grupo que, no PT, é composto exclusivamente por mulheres. Constatou-se que a renovação é maior no PT do que no DEM, mas no PT é declinante, corroborando a tese da transição desse partido do modelo de massas para o pega-tudo, e reforçando a tese da cartelização. Em ambos casos a renovação não se restringe às trocas formais de direção, e são fortemente afetadas pela dinâmica eleitoral, podendo-se avançar na compreensão de que a presença no parlamento afeta positivamente a posição no diretório e vice-versa. Também verificou-se a importância do modelo genético para ambos partidos, dos laços familiares para a ocupação de cargos no DEM e o efeito rodízio no PT.

**Palavras-chave:** partidos; diretórios estaduais; renovação partidária, elites políticas.

## 1 Introdução

Nos últimos anos tem crescido o número de trabalhos acadêmicos acerca da perspectiva organizacional dos partidos políticos. Antes centrada na arena eleitoral, a literatura tem progressivamente abandonado o diagnóstico pessimista das organizações partidárias, que, apesar de distantes do modelo europeu dos partidos de massa, não podem ser vistas como meras junções de interesses particulares. Nesse primeiro diagnóstico, conforme analisado por Ribeiro (2013), dadas as características da formação do Estado brasileiro, anterior à articulação dos partidos e da sociedade civil, eles já nasceram muito dependentes das estruturas estatais; seriam pouco organizados, diluídos ideologicamente; as grandes decisões seriam concentradas na elite partidária; e não haveria forte coesão na ação política. Uma vez eleitos, os parlamentares desfrutariam de forte autonomia, gerando bancadas nacionais pouco unidas, dominadas por interesses particulares de cada local.

Ainda nos anos 1990, e mais adiante na década seguinte, novos estudos começaram a desmontar tal diagnóstico, apontando bancadas federais coesas e lideranças partidárias fortes; votações nacionalizadas; e relativa identificação partidária (50%). Nesse sentido, insere-se a crítica de Ribeiro à análise dos partidos brasileiros à luz da teoria dos partidos de massa, que, naquele momento, mesmo na Europa, já se mostrava incapaz de abarcar as profundas transformações da sociedade e suas implicações para os partidos políticos. O argumento do autor é que não se deve basear a caracterização do sistema partidário brasileiro por suas ausências em relação a um modelo ideal dos partidos de massa que mesmo na Europa já se considerava ultrapassado.

Assim, este artigo se insere no movimento de aprofundamento do estudo dos diretórios partidários. O objetivo é o mapeamento do perfil dos membros e da dinâmica de ocupação de cargos no âmbito das Comissões Executivas Estaduais (CEE), principal estrutura partidária em nível local. Selecionou-se dois casos a fim de compará-los: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Democratas (DEM)<sup>1</sup>, no âmbito do estado de São Paulo (SP), entre 2011 e 2025. Analisou-se o gênero, a raça, a idade, o histórico de cargos e padrão de renovação dos membros da CEE e de seus cargos-chave. Após esta introdução, o artigo se divide em mais três partes, além das considerações finais. Na segunda, apresenta-se o arcabouço teórico mobilizado, na terceira, expõe-se os métodos e principais hipóteses e na quarta discute-se e interpretam-se os dados empíricos.

Como resultados, pode-se apontar, no DEM, a dominância de homens brancos com mandato, índices menores de renovação, numa dinâmica afetada pelos ciclos eleitorais, longas permanências de membros em cargos-chave e a força dos laços familiares. No PT, observou-se participação alta de mulheres e relativa de pessoas negras, e uma participação reduzida de membros sem histórico eleitoral, sendo esse grupo apenas de

---

<sup>1</sup> Fundiu-se ao PSL para formar o União Brasil em 2022

mulheres, índices mais elevados de renovação, embora declinantes, e que vão além das trocas formais, com o impacto dos ciclos eleitorais e do efeito rodízio.

## **2 Partidos, diretórios e renovação**

A primeira obra clássica sobre a oligarquização é de Michels (2001), escrita em 1911 e até hoje muito discutida (Ribeiro, 2010 e 2014 e Assis, 2021). Para o autor, a tendência à continuidade de dirigentes partidários, denominada Lei de Ferro da Oligarquia, é um processo inevitável com o crescimento de uma organização. Surge a necessidade de delegação de tarefas, através de um corpo burocrático-profissional, e de poder decisório, através de colegiados dirigentes. E há um mecanismo psicológico que faz da militância indiferente e irracional, que por isso sente que os líderes são legítimos e necessários. Para Assis (2021), a oligarquização pode ser definida como um processo sistêmico e contínuo, cujo principal mecanismo é a restrição do grau de competitividade através da distribuição estratégica de incentivos, para o que elites mobilizam repertórios específicos. Para o autor, os movimentos das elites podem ser categorizados em dois tipos: resistência e hegemonização. O primeiro se dá num momento de baixa, em que há menos incentivos a serem distribuídos, a renovação avança e as elites resistem para manterem suas posições. Já o segundo se dá num momento de alta, que permite aos grupos no poder distribuírem mais incentivos e avançarem ainda mais na consolidação da ocupação desses espaços.

Para a operacionalização do teste da lei michelsiana, Schonfeld (1980) idealizou oito índices que medem o grau de continuidade e de renovação nos órgãos partidários. Ribeiro (2010) aplica esses índices para analisar se há no PT tendências à oligarquização, uma vez que entende-se esse partido como uma exceção no quadro partidário brasileiro por sua maior proximidade ao ideal do partido de massa e seus elevados níveis de participação e inclusividade. Analisando o Diretório Nacional (DN) e a Comissão Executiva Nacional (CEN), de 1980 a 2007, o autor revela uma maior renovação da cúpula petista em relação a partidos de massa esquerdistas da França e da Espanha, o que poderia ser um indicativo contra a lei michelsiana. Entretanto, o autor identifica renovações cada vez menores e uma tendência a permanências mais longas dos dirigentes, corroborando a tese de Michels.

A primeira clássica categorização dos modelos de partido é de Duverger (1954), separando os partidos de quadro, do período inicial da democracia representativa, em que o eleitorado era restrito, e, assim, o partido se resume a chefes locais que se juntam nas eleições e o partido de massa, que surge com a expansão do eleitorado na Europa do início do século XX e se caracteriza pela massificação dos filiados, associando-se a organizações da sociedade e, dessa forma, correspondendo a clivagens sócio-econômicas bem definidas. Mais adiante, Kirchheimer (1966) propõe o partido pega-tudo, surgido com a introdução dos meios de comunicação de massa e a

consolidação das políticas de bem-estar social, na Europa, na segunda metade do último século, que condicionaram uma perda de importância da militância organizada e do papel das ideologias no jogo político-eleitoral, num contexto em que as divisões e os interesses de classe já não são tão bem delimitados.

Katz e Mair (1993) propuseram a análise dos partidos em três faces, entendidas como predominantes em cada um dos três tipos de partido: da base, que se refere aos filiados em geral que não ocupam cargos eletivos ou no partido; da direção, definida pelos órgãos partidários centrais e a burocracia partidária; e a pública, relativa aos membros eleitos do legislativo e do executivo, além de funcionários comissionados de primeiro escalão. A face da base pode ser associada aos partidos de quadros, já que os quadros eram a própria base, diante da ausência de órgãos diretivos formais e de grupos militantes. Já a face da direção preponderou na era dos partidos de massa, uma vez que as direções estavam bem desenvolvidas, estruturadas e financiadas, detendo o poder de mobilizar as bases partidárias. Por fim, a face pública se fortalece nos partidos pega-tudo, pois com a diminuição da relevância da militância, e a expansão dos meios de comunicação, o candidato pode ter contato direto com os eleitores, prescindindo da base e da direção.

A ideia dos modelos clássicos de partidos adquire clareza ao encará-los como estágios de um processo contínuo de desenvolvimento dos sistemas políticos, entendendo que a era de um modelo produz resultados políticos que alteram a sociedade e criam as bases para o próximo modelo. Dessa forma, como expõem Katz e Mair (1995), a expansão eleitoral promovida pelos partidos de elite engendrou os partidos de massa; esses, ao promoverem o Estado de Bem-estar formaram o contexto dos partidos pega-tudo; e esses, ao diluírem os partidos ideologicamente os distanciá-los da sociedade civil, aproximou-os do Estado e entre si. Dessa cooperação nascem os partidos cartel.

Nesse sentido, embora tenha características similares aos partidos pega-tudo, como a dominância da face pública e a inconsistência ideológica e da base social, ele vai além: já é parte do Estado, o manipula em prol de seus interesses e dele extrai os recursos para sua sobrevivência. Uma das evidências mais importantes para esta tese é a criação de fundos públicos de financiamento dos partidos em uma série de países, fruto dessa cooperação partidária. Da mesma forma, internamente aos partidos, além da dominância da face pública, há cooperação entre os diferentes setores da coalizão dominante para impedir a entrada de novos atores nas instâncias decisórias, visando especialmente ao seu domínio sobre esses novos fundos, o que leva à expectativa dos autores de observar, no atual estágio do sistemas partidárias, a redução dos índices de renovação nas direções partidárias.

Panbianco (2019) adiciona ao eixo vertical líderes-liderados proposto por Michels um eixo horizontal, ou seja, entre líderes. O primeiro é entendido como o grau de coesão da coalizão, e o segundo o grau de estabilidade, que somados ao mapa de poder interno,

formam uma coalizão dominante, isto é, o conjunto de lideranças que dirigem a organização. O partido, entendido como organização, está inserido num ambiente com o qual se relaciona, seja provocando alterações nele, seja sendo alterado por ele, nas chamadas pressões ambientais. Internamente, dirigentes lidam com as zonas de incerteza, isto é, espaços em disputa, que podem ser preenchidos através da distribuição de incentivos. Há os incentivos coletivos, de ordem solidária, expressos, por exemplo, pela identificação ideológica com o partido e suas causas, e também os individuais, de ordem material, como a oferta de cargos e outros benefícios a membros específicos e estratégicos do partido. Por isso Assis (2021) entende que o aumento na capacidade de distribuição de incentivos por parte da coalizão dominante, ou setores dela, favorece o arrefecimento das taxas de renovação nas direções, e sua diminuição tem o efeito oposto.

Panebianco (2019) denomina como mudança organizativa o processo de alteração da coalizão dominante, que normalmente se dá no contexto de uma pressão ambiental, como uma derrota eleitoral. Isso instaura um cenário de crise interna, capaz de exacerbar problemas menores antes latentes e, assim, a direção perde a confiança da base, que entende ser necessária uma nova liderança capaz de dar novo rumo à organização. Além da substituição de membros diretivos, é comum uma alteração ideológica e das regras do jogo da disputa interna do partido, impactando o mapa de poder interno. Como um tipo ideal, a mudança organizativa pode ser categorizada num continuum entre circulação e amalgamação. Quanto maior for o número de trocas, mais perto se está do polo circulação, quanto menos, mais próximo da amalgamação.

O conceito do modelo genético (Panebianco, 2019) dá maior clareza à ideia do dinamismo dessa teoria. O autor entende que o processo que leva à fundação de um partido tem grande importância, sendo influente na conformação das características da organização por toda sua existência. Assis (2021) discute a trajetória da vida partidária, denotando a finitude dos partidos, que nascem, vivem, transformam-se e um dia morrem. Nesse sentido, faz-se útil um breve histórico das agremiações aqui analisadas.

O Democratas nasceu em 1985 como o Partido da Frente Liberal (PFL), um racha do então Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido oficial da Ditadura Militar. É portanto um partido de origem interna, formado por atores estatais, e, por esse motivo, já nasceu muito grande, especialmente no Nordeste. Como é de se esperar por sua origem e sua ideologia, os diretórios e especialmente as executivas são marcadas pela alta presença de parlamentares (Ribeiro 2013 e 2015), e os processos de escolha de dirigentes, pela baixa participação dos filiados, validando a teoria do modelo genético.

Já o PT, fundado em 1980 por movimentos sindicais e sociais, é considerado pela literatura como caso ímpar, por ser praticamente o único partido brasileiro de origem externa, ou seja, criado preponderantemente por atores extraestatais. Do ponto de vista

organizacional, o PT é considerado uma arena altamente competitiva, em que o conflito é institucionalizado por meio das tendências, que se organizam em alianças para disputar os processos de escolha de dirigentes (Ribeiro, 2010). Nesse ponto, adquire especial relevância a alteração estatutária de 2001, que substituiu os Encontros Nacionais (EN) pelo Processo de Eleição Direta (PED), que consiste numa eleição em que podem participar todos os filiados do partido, que escolhem uma chapa e um presidente para os diretórios em cada nível, e este escolhe a respectiva executiva.

Apesar do PED aumentar a inclusividade, pois todos os filiados podem participar, Braga (2008) enxerga-o como uma estratégia do Campo Majoritário do PT para se manter no poder, pois diminui a influência de grupos de militância da “esquerda petista”, ao diluir a escolha de dirigentes entre a massa de filiados. Para a autora, isso permitiu a moderação ideológica do partido, o “giro ao centro” de 2002, que ajudou o partido a conquistar a presidência da República. Aqui, então, pode-se ver os três passos da mudança organizativa (Panebianco, 2019): substituição de dirigentes, alteração programática e mudanças no mapa de poder interno. Em 2025 o DN reformou o estatuto para liberar a reeleição sem limites de petistas, tanto para cargos de direção, quanto para os eletivos, antes restrita a duas reeleições, reforçando a percepção de Katz e Mair (1995) sobre a cartelização.

### 3 Metodologia e hipóteses

A metodologia consistiu na coleta e tabulação dos nomes, cargos e períodos de ocupação dos membros das CEE do DEM e do PT no Estado de São Paulo, com base nos dados do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para membros com histórico eleitoral, o próprio TSE disponibiliza os dados de gênero, raça (desde 2014) e idade. Para o restante (concentrados no PT), os dados foram coletados em outras fontes, como os sites da Assembleia Legislativa do Estado de SP (ALESP) e do PT, e também em consulta informal a membros do partido. Com esses dados chegou-se às estatísticas descritivas apresentadas e discutidas na seção seguinte. O enquadramento temporal se inicia em 2013<sup>2</sup>, ano a partir do qual os dados são disponibilizados pelo TSE com confiabilidade. A operacionalização empírica da renovação dos órgãos segue aquela de Schonfeld (1980), também utilizada por Ribeiro (2010 e 2014) e Assis (2021).

No Quadro 1 se encontra o resultado do recorte metodológico. Foram reunidos dados completos para gênero e ocupação de cargos para todos os membros analisados, sendo considerados “Sem histórico de cargos” os membros para os quais não foram encontrados nenhum registro de cargos, o que significa que a categoria pode estar superestimada. Para raça e idade houve coleta parcial dos dados, conforme o Quadro 1.

---

<sup>2</sup> Para o DEM, esse recorte resultou na incorporação da gestão que se iniciou em 2011.

**Quadro 1:** Gestões dos diretórios de DEM e PT analisada

Categoria/Partido	DEM			PT		
	Prim eira	Segu nda	Terc eira	Prim eira	Segu nda	Terc eira
Vigência (mês/ano)	08/2 011- 07/2 018	07/2 018- 04/2 019	04/2 019- 02/2 022	12/2 013- 06/2 017	06/2 017- 12/2 019	12/2 019- 09/2 025
Nº membros	26	14	21	22	28	23
Nº membros com dados de gênero e histórico de cargos	26	14	21	22	28	23
Nº membros com dados de raça	19	14	20	16	18	17
Nº membros com dados de idade	23	14	20	16	19	18

Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Passando às hipóteses, espera-se que a CEE petista tenha mais mulheres, negro(a)s e jovens do que a do DEM. A primeira razão seria a mudança das regras estatutárias do PT que preveem, em todas as instâncias, desde 2013, a paridade de gênero (50% para cada), além de cotas raciais (para PPI<sup>3</sup>) e etárias (para jovens de até 29 anos), ambas de 20%. Sobre a participação feminina, Alcântara et al (2024) demonstram que é maior na esfera municipal, depois estadual e por último nacional, é menor nas executivas e menor ainda nos cargos-chave, e é maior em órgãos definitivos (OD) do que em comissões provisórias (CP). Já Eduardo e Horochovski (2025), analisando cargos-chave, convergem na importância da variável do nível federativo e o status do órgão, e divergem na ideológica, não encontrando grandes diferenças entre direita e esquerda.

Espera-se que a presença feminina seja mais forte dentre os membros sem histórico de cargos, especialmente os eletivos, justamente pela menor representatividade delas nesses cargos. Espera-se encontrar mais membros sem histórico de cargos no PT do que no DEM, devido à ideologia de esquerda e a origem externa, como concluído por Ribeiro (2013 e 2015). Partidos desse tipo teriam a maior proximidade a organizações da sociedade civil, como sindicatos e movimentos sociais que participaram de sua

<sup>3</sup> Pretos, pardos e indígenas, conforme classificação oficial do Censo Demográfico.

fundação, o que explicaria a presença desses grupos no diretório. Do outro lado, o DEM, de direita e de origem interna, tem-se a expectativa de maior presença de parlamentares, justamente por terem sido esses os atores preponderantes na fundação do partido.

Esses achados de Ribeiro se inserem em sua busca por desmontar diagnósticos errôneos da literatura que considerava os partidos brasileiros debilmente organizados e concluía pelo domínio dos diretórios por parlamentares, ainda que para isso não houvesse embasamento empírico. Ribeiro (2013 e 2015), então, revelou uma realidade diferente, em que sobretudo os partidos de esquerda e de origem externa divergem dessa presunção e tem presença, no diretório, de membros sem mandato eletivo, como se espera observar aqui para o caso do PT. Ademais, vê-se a relevância do modelo genético de Panebianco (2019): o momento de fundação do partido tem centralidade em seu desenvolvimento posterior, impactando certas características do partido, como o perfil de dirigentes.

Espera-se que a renovação seja menor no DEM do que no PT, mas declinante nesse último, seguindo os resultados de Ribeiro (2010), que encontra taxas de renovação maiores no PT do que em outros partidos, porém percebe o declínio dessas taxas com o passar dos anos. Também espera-se relacionar os padrões de renovação às categorias de hegemonização e resistência (Assis, 2021), ou seja, encontrando avanço de renovação em momentos de baixa do partido, quando a elite tem menor capacidade de distribuição de incentivos, e sua diminuição quando houver maiores sucessos do partido, que incrementam o poder de incentivo das elites. Também espera-se observar que as trocas não se dão apenas no momento de troca formal de direção, sendo impactadas pelos ciclos eleitorais. Na ocupação de cargos-chave, espera-se similaridades com o restante da CEE no perfil e na renovação, com uma ligação mais visível entre vitórias eleitorais e ascensão de membros, bem como entre derrotas e perdas de espaço.

#### **4 Perfil dos dirigentes e renovação partidária no DEM e no PT paulistas**

Apresentado o enquadramento teórico, a metodologia e as hipóteses, passa-se à análise empírica. No Quadro 2 estão os dados referentes ao perfil dos dirigentes de DEM e PT, transpostos nos Gráficos 1 e 2.

#### **Quadro 2:** Perfil dos membros das CEE paulistas de DEM e PT (2011-2025)<sup>4</sup>

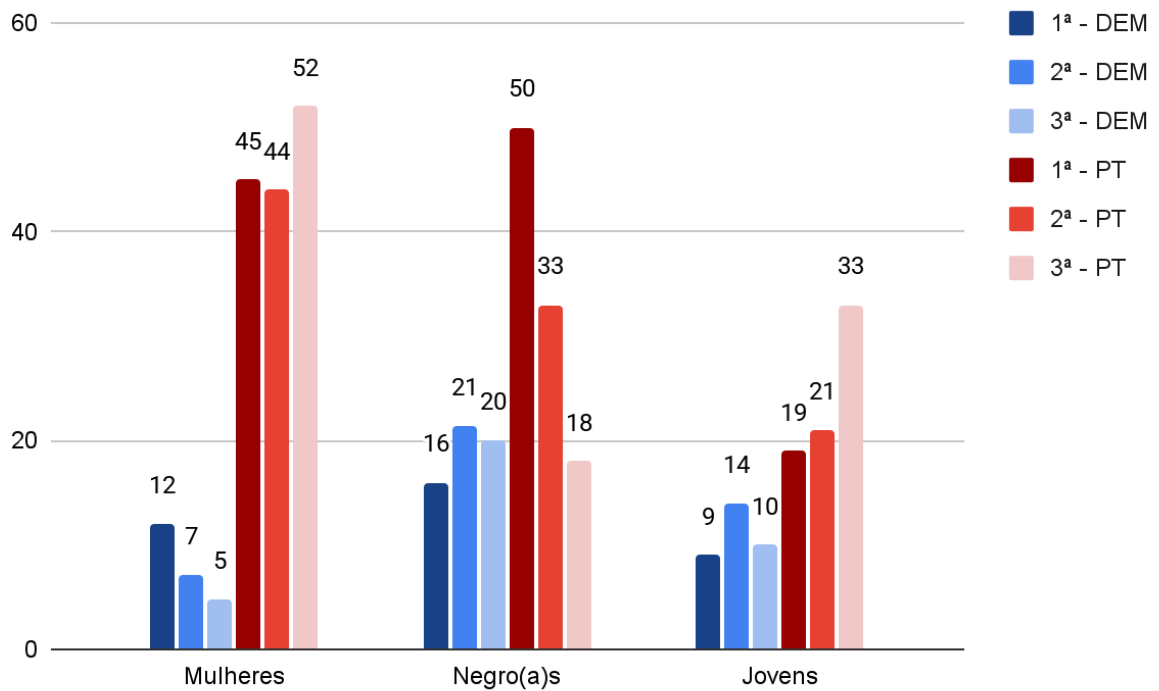
---

<sup>4</sup> Nos quadros e gráficos que apresentam o recorte temporal, tem-se os anos de 2011 a 2022 para o DEM e 2013 a 2025 para o PT.

Categoria/Gestão/Partido	1ª - DEM	2ª - DEM	3ª - DEM	1ª - PT	2ª - PT	3ª - PT
Total	26	14	21	22	28	23
Homens	23	13	20	12	15	11
Mulheres	3	1	1	10	12	12
Branco(a)s	16	11	16	8	12	13
Negro(a)s	3	3	4	8	6	4
Sem informação de raça	7	0	1	6	10	6
16-34	2	2	2	3	4	6
35-59	16	6	10	12	13	6
60+	5	6	8	1	2	6
Sem informação de idade	3	0	1	6	9	5
Mandatário(a) eleito(a)	20	13	16	5	4	4
Ex-mandatário(a) eleito(a)	2	1	4	3	6	6
Comissionado(a)	2	0	0	3	10	9
Ex-comissionado(a)	1	0	0	7	4	1
Sem histórico de cargos	1	0	0	4	4	3

Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

**Gráfico 1:** Perfil dos membros das CEE paulistas de DEM e PT por gestão (2011-2025), %



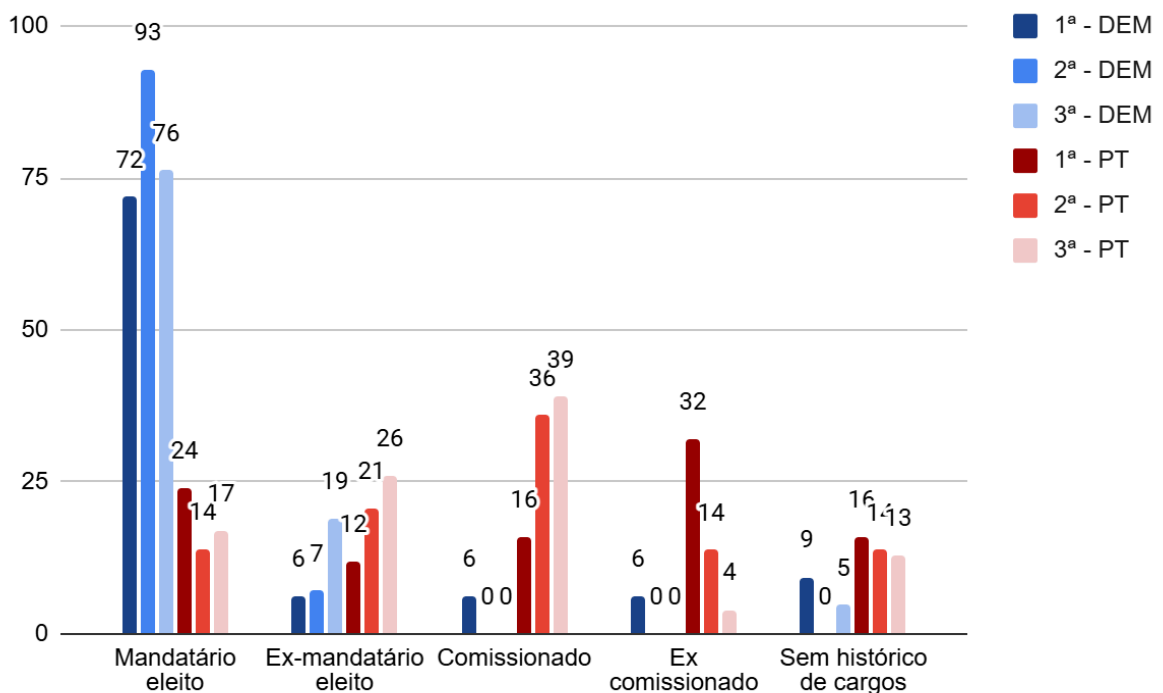
Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.<sup>5</sup>

Percebe-se que a composição da CEE do DEM é mais dominada por homens brancos mais velhos, conforme esperado, sendo os dirigentes petistas mais femininos, negros e jovens. Os dados revelam a importância do mecanismo de cotas, que coloca o PT com maior participação de mulheres em diretórios e convergem com os resultados de Alcântara et al (2024), que observam maior participação feminina em partidos de

<sup>5</sup> As porcentagens tratam da composição inicial das CEE e não consideram os membros cujas informações não puderam ser encontradas.

esquerda. Já a expectativa de menor presença feminina em CPs, comparada a ODs, não foi observada, já que o único caso de CP, a primeira gestão democrata, foi aquela com maior presença de mulheres nesse partido.

**Gráfico 2:** Perfil de ocupação de cargos dos membros das CEE paulistas de DEM e PT por gestão (2011-2025), %



Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

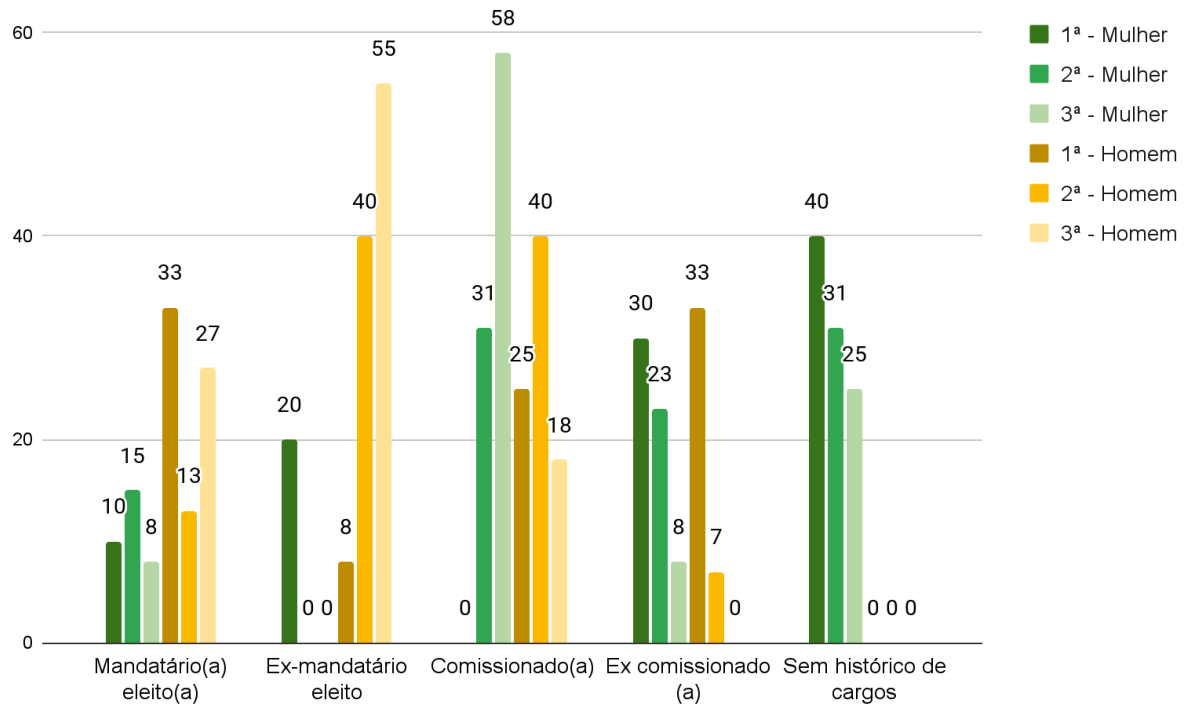
Quanto à presença de membros sem histórico de cargos, corroborou-se a hipótese de que isso ocorre mais no PT do que no DEM, enquanto DEM tem mais parlamentares do que o PT na CEE. Do outro lado, os mandatários eleitos, como esperado, são ampla maioria no DEM, diferentemente do PT. Além da corroboração dos achados de Ribeiro (2013 e 2015), e do modelo genético de Panebianco (2019), vê-se a preponderância da face pública do DEM, que tem forte controle da arena organizativa, conforme a tese das

três faces e do empoderamento dos mandatários eleitos nas direções partidárias durante a era dos partidos pega-tudo e, mais recentemente, o cartel (Katz e Mair, 1993 e 1995).

O PT, porém, supera o DEM dentre os ex-mandatários eleitos, e os ex e atuais ocupantes de cargos comissionados. Esses achados vão na direção de Ribeiro (2010), que vê no PT uma tendência à ampliação da presença de atores estatais, afastando-se progressivamente de seu modelo genético, num movimento de aproximação da arena estatal, com a conquista de cada vez mais espaços nos executivos e legislativos e distanciamento em relação à sociedade, o que também se insere na ideia do diretório como a arena de disputa entre a face pública e a da base (Katz e Mair, 1993) e da transição do partido de massa para o pega-tudo e o cartel (Panebianco, 2019, Katz e Mair, 1995).

Sobre os ocupantes de cargos comissionados (muito mais numerosos no PT do que no DEM), a grande maioria está lotada na ALESP. No DEM, estão em gabinetes de determinados parlamentares, enquanto que os do PT estão principalmente na liderança do PT, a liderança da Minoria e a 1ª Secretaria da casa, ocupadas por deputados do partido desde a década de 1990. Entende-se que esses estão nomeados para cumprirem, além da função parlamentar, a de burocratas da máquina partidária, e exemplificam a distribuição de incentivos individuais (Panebianco, 2019), de forma que o recurso (cargo comissionado) é ofertado a um membro do diretório, que trabalhará junto a seu líder.

**Gráfico 3:** Perfil de ocupação cargos por gestão e gênero CEE paulista do PT (2013-2025), %



Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

**Quadro 3:** Perfil de ocupação cargos por gestão e gênero CEE paulista do PT (2013-2025)

Cargo/gestão/gênero	1ª - Mulher	2ª - Mulher	3ª - Mulher	1ª - Homem	2ª - Homem	3ª - Homem
Total	10	13	12	12	15	11
Mandatário(a) eleito(a)	1	2	1	4	2	3
Ex-mandatário eleito	2	0	0	1	6	6
Comissionado(a)	0	4	7	3	6	2
Ex comissionado(a)	3	3	1	4	1	0
Sem histórico de cargos	4	4	3	0	0	0

Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

O último apontamento acerca do perfil dos dirigentes se refere às diferenças de ocupação prévia de cargos entre homens e mulheres, que poderia indicar relações com as chances eleitorais de mulheres, conforme explorado por Eduardo e Horochovski (2025). Assim, pode-se indagar se está relacionado o perfil preponderantemente parlamentar do diretório do DEM com seu perfil masculino, num ciclo vicioso em que há poucas mulheres no diretório, que produz menores chances de candidatas serem eleitas, o que resulta em poucas parlamentares, ocasionando de novo poucas mulheres no diretório. Isso pode ser verificado ao contrastar esse dado aos diretórios petistas, menos parlamentares e masculinos. Conforme o gráfico 3, vê-se que as membras da CEE petista são minoria entre mandatários (à exceção da segunda gestão) e ex-mandatários, superam os homens nos cargos comissionados e são a totalidade dos sem histórico de cargos.

Para a análise da dinâmica de ocupação de cargos, categorizou como estreantes aqueles que não faziam parte da CEE na formação anterior; como nova elite aqueles que não estavam na CEE nem detinham mandato eletivo; como reeleitos aqueles que já estavam na CEE; além da contabilização da variação do total, ou seja, se houve aumento ou diminuição de vagas. Com esses dados, contidos nos Quadros 4 e 5, adotaram-se as formulações de três dos oito índices de Schonfeld (1980): *A Renovação Simples a Nova Elite* e a *Permanência*, que tratam respectivamente da proporção de estreantes, estreantes fora da elite e reeleitos em relação ao total de membros da gestão. Esses constam no Gráfico 4, enquanto que essas taxas contabilizadas anualmente estão no Gráfico 5, sublinhando as alterações de membros mesmo na ausência de trocas formais de direção<sup>6</sup>.

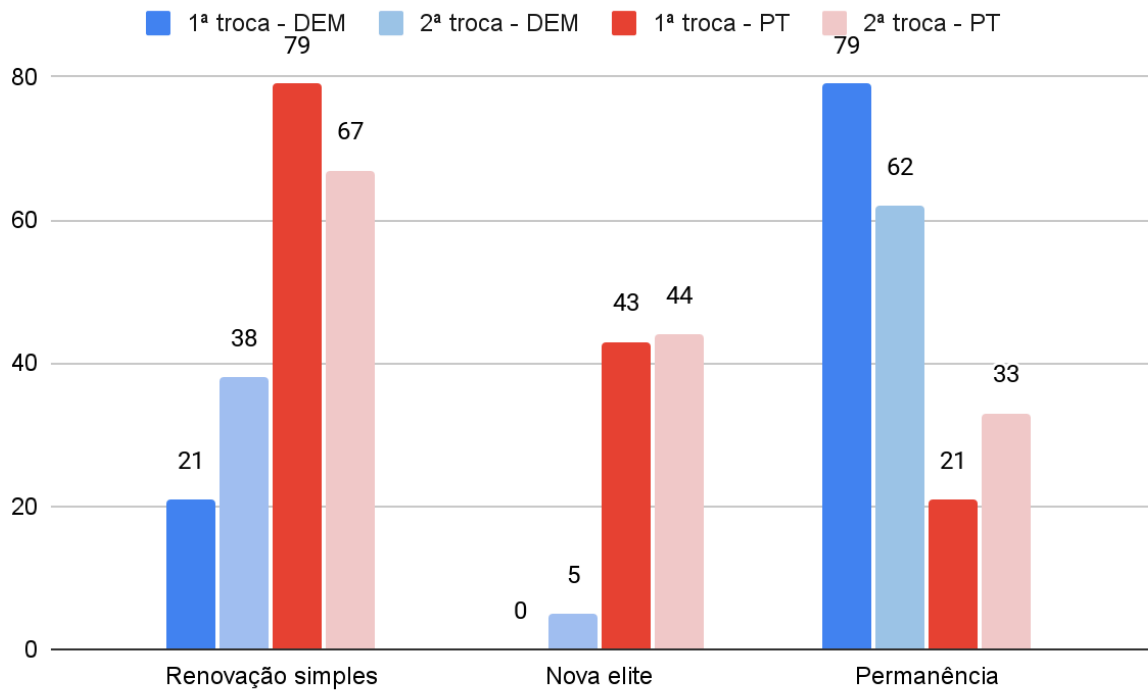
**Quadro 4:** Categorias dos membros das CEE paulistas de DEM e PT (2011-2025)

Tipo/troca/partido	1ª - DEM	2ª - DEM	1ª - PT	2ª - PT
Total	14	21	28	27
Estreantes	3	8	22	18
Nova elite	0	1	12	12
Reeleitos	11	13	6	9
Variação do total	-7	7	6	-1

Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

<sup>6</sup> Aqui substituiu-se o termo reeleitos por mantidos, pois não há trocas de gestão, apenas a contabilização anual de saídas e entradas na CEE a cada ano.

**Gráfico 4:** Renovação Simples, Nova Elite e Permanência nas duas trocas de gestão das CEE paulistas de DEM e PT (2011-2025), %



Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

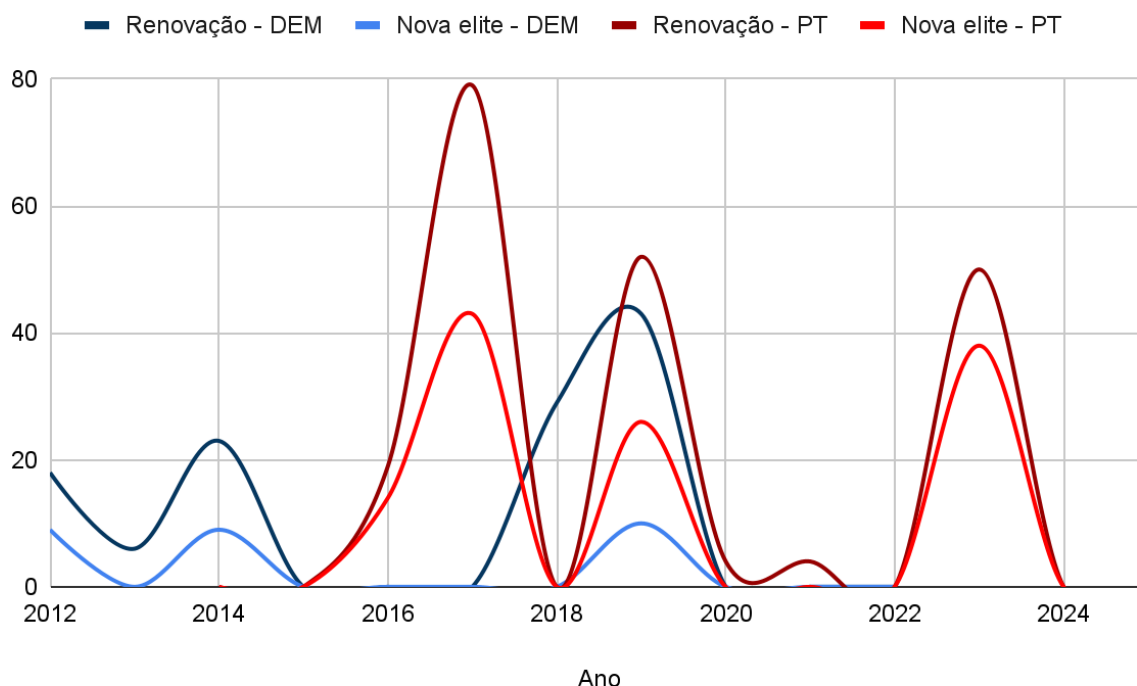
**Quadro 5:** Categorias dos membros das CEE paulistas de DEM e PT anualmente (2011-2025)

Partido	Ano/Categoria	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	1	2	3	4	5
DEM	Total	24	22	18	22	21	21	21	14	21	21	21	21	-	-	-

	Estreantes	-	4	1	5	0	0	0	4	9	0	0	0	-	-	-
	Nova Elite	-	2	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	-	-	-
	Mantidos	-	1 8	1 7	1 7	2 1	2 1	2 1	1 0	1 2	2 1	2 1	2 1	-	-	-
	Varição do total	-	- 2	- 4	4	- 1	0	0	- 7	7	0	0	0	-	-	-
PT	Total	-	-	2 2	2 2	2 1	2 1	2 8	2 8	2 3	2 4	2 4	2 2	2 8	2 7	2 7
	Estreantes	-	-	-	0	0	4	2	0	1 2	1	1	0	1 4	0	0
	Nova Elite	-	-	-	0	0	3	1 2	0	6	0	0	0	1 1	0	0
	Mantidos	-	-	-	2 2	2 1	1 7	6	2 8	1 1	2 3	2 3	2 2	1 4	2 7	2 7
	Varição do total	-	-	-	0	- 1	0	7	0	- 5	1	0	- 2	6	- 1	0

Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

**Gráfico 5:** Renovação Simples, Nova Elite e Permanência anuais das CEE paulistas de PT e DEM (2011-2025), %



Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Observa-se no Gráfico 4 que, no PT, houve uma diminuição na taxa de renovação entre a primeira e a segunda troca, mas que, ainda assim, são índices superiores aos do DEM, conforme as hipóteses. No caso do DEM, as renovações se deram, além das trocas formais de direção nos três primeiros anos na primeira gestão. No PT, as maiores renovações também se deram nas trocas formais de direção, mas também houve renovações significativas em outros anos, especialmente em 2023.

Nota-se que para ambos partidos as maiores taxas de renovação ocorreram num momento de aumento de vagas, na primeira troca do PT e na segunda do DEM. Para Assis (2021), esse é um mecanismo utilizado pelas elites para aplacar pressões internas de novos atores que buscam espaço na CEE. O que ocasionaria a perda de poder das coalizões dominantes, que resulta na necessidade de abrir mais vagas na CEE, seria a diminuição da capacidade de distribuir incentivos individuais e coletivos. Assim, o aumento de vagas seria uma estratégia que permite a entrada de novos membros reduzindo ou eliminando a perda de espaço dos que já fazem parte do diretório. Já as diminuições de vagas poderiam ser entendidas como movimentos de hegemonização, quando há aumento de recursos para distribuição de incentivos e a coalizão dirigente amplia sua dominância.

No caso do DEM, a primeira gestão, a única CP e única com trocas ao longo da gestão, teve como principal fonte de instabilidade a saída de quadros do quando da criação do

Partido Social Democrático (PSD). Esse movimento, que culminou com a saída do político democrata no maior cargo no Estado, o vice-governador, Guilherme Afif Domingos, gerou o que se interpreta como um movimento de hegemonização da parte da coalizão que permaneceu no partido, numa mudança organizativa de tipo amalgamação, ou seja, com leve grau de renovação, e com certa alteração no mapa de poder interno, com o fechamento de cinco vagas da CEE entre o início e o fim dessa gestão.

Já as trocas de 2018 e 2019 estariam intimamente relacionadas às eleições de 2018. Nesse sentido, a segunda gestão, iniciada a seis meses do pleito, prepararia o partido para as urnas, enquanto a terceira, iniciada seis meses depois, expressaria balanço entre vencedores e perdedores. Assim, a redução de vagas em 2018 seria vista como um movimento de hegemonização da elite, num momento de alta do partido, que passara a compor o Governo Federal com o presidente Michel Temer e a ocupar presidência da Câmara dos Deputados, com Rodrigo Maia. Destaca-se também que, apesar de serem eventos nacionais, reverberam na CEE de SP, lembrando da forte presença paulista na CEN e no DN democratas (Assis, 2021). Essa dinâmica se explica no sentido de que um número menor de membros na CEE durante o período eleitoral criaria melhores condições de campanha para os que permaneceram, principalmente no financiamento eleitoral, cujos repasses são alocados por decisão da CEE, especialmente de seu tesoureiro.

Já em 2019, apesar do fortalecimento de capacidade de distribuição de incentivos, com a eleição de Rodrigo Garcia (DEM) como vice-governador, houve, ao contrário do que se esperaria por essa teoria, um aumento de vagas na CEE. Pode-se aferir também que o DEM teve gestões mais estáveis que as petistas (apenas a primeira tem trocas durante a gestão) e menor entrada de membros da nova elite, sempre abaixo de 10%, o que se explica também pela baixa participação de dirigentes sem mandato eletivo, ao contrário do PT, além de um tipo de renovação controlada, com acréscimo de vagas.

No caso petista, interpreta-se que houve uma perda de capacidade de distribuição de incentivos após o impeachment da presidenta Dilma, em 2016, e a consequente saída do Governo Federal. Assim, a relativa renovação em 2016 e a troca de 2017 refletiram a nova acomodação de forças do partido, além do efeito rodízio (Ribeiro, 2010), quando há circulação de dirigentes dos diretórios nos movimentos de início e fim de mandatos. Essa troca ilustra a mudança organizativa: há uma grande pressão ambiental, o impeachment, que condiciona tanto uma alteração da coalizão dominante, numa mudança organizativa de tipo circulação, com 78% de renovação simples, quanto uma reorganização do mapa de poder interno, com acréscimo de vagas em 33% na CEE. E também se poderia falar numa alteração programática do partido, com a vocalização de uma posição política mais radical e de resistência no momento em que o partido atravessou a derrubada da presidenta Dilma e a prisão do presidente Lula. Aqui, da

mesma forma que no DEM, vê-se o impacto de eventos nacionais na CEE devido à forte presença paulista na cúpula nacional petista.

Em 2019, na troca seguinte, o partido ainda se encontrava em situação frágil com a derrota presidencial e fraco desempenho para governador em SP no ano anterior. Apesar disso, a renovação simples diminuiu e houve leve decréscimo de vagas. Tem-se como indicativo do prosseguimento da situação de crise o perfil dos estreantes: a nova elite foi de 43% na primeira troca e 44% na segunda.

Por fim, em 2023, quando deveria ocorrer o PED, que foi adiado para 2025 e que apresenta índice de renovação assemelhado àqueles de trocas formais. Essa mudança se deu no contexto da volta do partido à presidência da República, que condicionou, além do efeito rodízio, uma nova coalizão dominante que reflete a correlação de forças pós-eleitoral. Seguindo o modelo da mudança organizativa, também se pode falar num tipo de alteração programática, com a moderação do discurso na volta ao Governo Federal, combinada com uma robusta renovação e relativa alteração do mapa de poder interno. Pela proposta de Assis (2021), deveria se observar um movimento de hegemonização através da redução da renovação e das vagas, enquanto que o contrário foi observado. Por fim, ressalta-se a maior instabilidade das gestões petistas (nenhuma terminou com os mesmos membros com os quais se iniciou), e que as maiores taxas de renovação, em relação ao DEM, também comportaram índices bem maiores de estreantes na CEE (nova elite).

Tanto nesse caso quanto no da segunda troca democrata, encontrou-se picos de renovação com aumento de vagas em momentos de aumento de capacidade de distribuição de recursos, quais sejam, a chegada do PT à presidência da República, em 2023, e do DEM à vice-governadoria, em 2019. Assim, pode-se sugerir o entendimento de que o acesso a tais posições de poder, em que pese seu possível efeito de empoderamento da coalizão dominante, gerando a diminuição de vagas e da renovação como estratégia de restrição da competitividade interna, como entende Assis (2021), pode gerar também uma corrida interna ao partido em prol das posições do poder. Sugere-se essa como uma interpretação complementar, numa lógica de que grupos minoritários ou ausentes na CEE pressionaram as elites, nesses momentos de alta nos recursos do partido, por um compartilhamento visto como mais justo das novas conquistas.

Passando à análise dos cargos-chave das CEE, ambas são formadas pela presidência, secretaria-geral e tesouraria (DEM)/secretaria de finanças e planejamento (PT), aqui considerados os cargos-chave. No caso do DEM, há apenas mais três cargos, todos com *status* de vice-presidência, e o restante é denominado membro sem função específica. O PT se organiza em seis secretarias temáticas, além da liderança na ALESP, e os demais são denominados “vogais”, sem cargo específico. De um modo geral, poucas figuras ocuparam esses cargos nos dois partidos, o que é mais acentuado no DEM, que teve, em

média, permanências mais longas. Assim, tem-se nos cargos-chave, assim como no geral da CEE, a maior abertura do PT à renovação do que no DEM. Há apenas uma mulher no PT e nenhuma no DEM, dois negros no DEM e dois no PT e, no mais, homens brancos, seguindo o padrão masculino desses postos encontrado por Eduardo e Horochovski (2025). A maioria se concentra entre 35 e 59 anos, com a presença de apenas dois jovens no DEM e nenhum no PT. A maior diferença se dá no histórico eleitoral dos membros: enquanto no DEM há apenas hegemonia de mandatários eleitos, no PT há cinco eleitos e ex-eleitos, e quatro ex ou atuais ocupantes de cargos comissionados.

**Quadro 6:** Perfil e tempo de permanência dos ocupantes dos cargos-chave das CEE paulistas de DEM e PT (2011-2025)

Categoria/cargo	Presidência		Secretaria-Geral		Tesouraria	
	DEM	PT	DEM	PT	DEM	PT
Total	3	3	2	3	2	3
Homens	3	3	2	3	2	2
Mulheres	0	0	0	0	0	1
Branco(s)	2	3	2	0	1	1
Negro(a)s	1	0	0	2	1	0
16-34	1	0	1	0	0	0
35-59	1	3	1	3	0	1
60 +	1	0	0	0	2	1
Mandatário(a)s eleito(a)s	3	1	2	1	2	0
Ex mandatário(a)s eleito(a)s	0	2	0	1	0	0
Comissionado(a)s	0	0	0	0	0	3
Ex Comissionado(a)s	0	0	0	1	0	0

Sem histórico de cargos	0	0	0	0	0	0
Tempo médio (anos)	3,47	3,47	5,2	3,47	5,2	3,47
Tempo máximo (anos)	7,66	5,66	7,66	5,66	9,66	5,58
Tempo mínimo (anos)	0,91	2,25	2,75	2,25	0,75	2,16

Fonte: Elaboração do autor, com dados do Tribunal Superior Eleitoral.<sup>7</sup>

Na presidência do DEM, Jorge Tadeu, homem branco e acima de 60 anos, manteve-se por oito anos, período que compreende a primeira gestão, quando era uma CP e a segunda, já como OD. Tadeu foi eleito deputado federal em 2010 e em 2014, e perdeu a reeleição em 2018. Se a gestão formada em 2018 preparava o caminho às urnas, a de 2019 refletia os vencedores e os perdedores, então a posição de Tadeu na presidência se sustentava em sua capacidade de distribuir incentivos e ocupar as zonas de incerteza do partido, conforme entendido por Panebianco (2019) e Assis (2021). Da mesma forma, sua derrota na reeleição, em 2018, que reduziu sua capacidade de distribuir incentivos, ocasionou sua saída da presidência da CEE, em 2019. Há ainda Tadeu no diretório do DEM: Sandra Tadeu, sua esposa e vereadora de SP por quatro mandatos.

Na secretaria-geral, durante a primeira e a segunda gestão, manteve-se Rodrigo Garcia, homem branco entre 34 e 59 anos e deputado federal por todo o período. Após sua eleição como vice-governador, em 2018, na chapa de João Doria (PSDB), tornou-se presidente do diretório na terceira gestão. Se Tadeu foi punido com a perda do cargo por seu fracasso nas urnas, Garcia foi premiado com a ascensão ao maior cargo do partido no Estado e, dessa forma, adquirindo maior capacidade de distribuição de incentivos. Em seu lugar, na secretaria-geral, assumiu Rodrigo Moraes, homem branco, jovem e deputado estadual. Em 2020, Garcia se licenciou da presidência da CEE, que foi assumida por Alexandre Leite, homem pardo e jovem, que já era membro do órgão e deputado federal desde 2011, e que na última formação ocupava uma vice-presidência.

Alexandre é filho de Milton Leite, homem pardo acima dos 60 anos, vereador de São Paulo entre 1997 e 2024, tendo presidido a Câmara seis vezes. Aqui, assim como os Tadeu, joga-se luz à relevância da variável familiar na distribuição de poder interno no DEM. Também é perceptível a força da família Leite especificamente: Leite ocupou a tesouraria por dez anos, entre 2012 e 2022 - sucedendo Estevão de Oliveira, homem branco, entre 60 e 80 anos e deputado estadual que ocupou o cargo por menos de um ano - perpassando três gestões diferentes, além de ter dois filhos membros do órgão por todo o período analisado: o já citado Alexandre, e Milton Leite Filho, homem pardo

<sup>7</sup> No caso do PT, não foram encontradas informações de raça para um secretário geral e dois tesoureiros e de idade para um tesoureiro.

entre 35 e 59 anos e deputado estadual. E à exceção de um membro na última gestão, os Leite são 100% dos negros presentes nas CEE do DEM. Sobre o perfil dos ocupantes, vê-se a dominância de deputados federais na presidência, uma divisão entre deputados federais e estaduais na secretaria-geral, e o domínio de um vereador na tesouraria.

No PT, a presidência é o único dos cargos que não foi ocupado por membros sem histórico de mandatos. Na primeira gestão, o presidente foi Emídio de Souza, homem branco, entre 35 e 59 anos, prefeito de Osasco por dois mandatos, até 2012, e deputado estadual desde 2018. Na segunda, foi sucedido por Luiz Marinho, homem branco da mesma faixa etária, prefeito de São Bernardo do Campo entre 2009 e 2016, eleito deputado federal em 2018 e em 2022. Na terceira, Marinho seguiu no cargo até 2023, ano em que assumiu o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Governo Lula. Foi sucedido por Kiko Celeguim, homem branco da mesma faixa de idade, prefeito de Franco da Rocha por dois mandatos, até 2020, eleito deputado federal em 2022. Aqui é possível aferir um perfil de homens brancos entre 35 e 59 anos, ex-prefeitos de cidades da Região Metropolitana de SP. É possível relacionar esses casos com o chamado efeito rodízio (Ribeiro, 2010), em que políticos assumem cargos na máquina partidária após a conclusão de mandatos, ou, ao contrário, os deixam para assumir cargos de governo. E o domínio dos ex-prefeitos pode ser parte de uma estratégia de destinação do posto a políticos mais conhecidos do público.

A secretaria-geral foi ocupada por Vilson de Oliveira, na primeira gestão, um homem entre 35 e 59 anos, único sem histórico de mandatos nesse cargo. Vilson pode ser considerado de perfil burocrático, já que ocupou cargos nas direções municipal, estadual e nacional do PT, na assessoria legislativa, no da prefeitura paulistana e no Governo Federal, sempre em cargos comissionados em gestões petistas. Na segunda gestão, assumiu Francisco Macena, homem pardo da mesma faixa etária, vereador da capital entre 2005 e 2012. Além disso, trabalhou na prefeitura do município e no Governo Federal em mandatos petistas, sendo atualmente secretário-executivo do MTE, em mais um exemplo do efeito rodízio. O próximo secretário-geral foi Luiz Cláudio Marcolino, homem preto da mesma faixa etária, deputado estadual entre 2011 e 2014 e desde 2023. Pode-se aferir outra vez o argumento de que a posição num cargo eletivo fortalece o ocupante também no diretório, já que Marcolino assumiu a secretaria-geral após ser eleito deputado estadual.

A tesouraria do PT, chamada oficialmente de Secretaria de Finanças e Planejamento, teve como primeiro titular Antonio dos Santos, sucedido por Rodrigo Barros, na segunda gestão, e Cilene Obici, na terceira, única mulher dentre os cargos-chave no período analisado. Os três têm em comum o fato de não terem históricos eleitorais, motivo pelo qual não se encontrou mais informações biográficas. Coloca-se como a hipótese a estratégia de blindar as finanças de maiores holofotes, deixando a secretaria

com dirigentes de perfil burocrático e desconhecidos do grande público. Outra seria a de que, por ser um cargo muito estratégico na distribuição do Fundo Eleitoral, haveria um acordo entre parlamentares para que essa posição não ficasse com nenhum deles, que poderia ser acusado de se favorecer indevidamente da posição, deixada, então, com alguém “neutro”.

Por fim, destaca-se a validação, pelo caso petista, do modelo genético (Panebianco, 2019), uma vez que se observa como a fundação do partido por movimentos de trabalhadores, nos anos 1980, hoje reflete na presença de ao menos seis sindicalistas dentre os nove ocupantes cargos-chave do PT, com destaque para os metalúrgicos: os ex presidente Marinho e Emídio (metalúrgicos), os ex secretário-gerais Oliveira, Macena (metalúrgicos) e Marcolino (bancário), além da secretária de finanças Obici (professora). Nota-se a coexistência desse fenômeno com outro aparentemente contraditório: o processo de afastamento do partido de seu modelo genético, com a constatação de cada vez mais parlamentares ocupando cargos na CEE. O que se observa é a transformação desses atores extraestatais em atores estatais, elegendo-se para cargos públicos, ou sendo nomeados em cargos de confiança, especialmente na ALESP, e mantendo-se no poder do diretório.

## 5 Considerações finais

O artigo buscou contribuir com o aprofundamento da literatura acerca da perspectiva organizacional dos partidos políticos brasileiros. Retomou-se os modelos clássicos de partidos (Duverger, 1954, Kirchheimer, 1966, Katz e Mair, 1997), sua divisão analítica em faces (Katz e Mair, 1995), além de conceitos de Panebianco (2019) úteis na análise das trajetórias dos partidos e suas elites, como a coalizão dominante, a distribuição estratégica de incentivos, a mudança organizativa e o modelo genético.

O foco empírico se deu sobre o padrão de renovação de órgãos partidários e o perfil de seus membros, sendo escolhidos os casos das CEE do DEM e do PT de SP. Atestou-se o maior predomínio de homens brancos mais velhos e detentores de mandato no DEM do que no PT, bem como a ligação total, no PT, entre mulheres e membros sem histórico de cargos públicos. Com os índices de Schonfeld (1980), encontrou-se maiores taxas de renovação nas trocas de gestão no PT do que no DEM, inclusive de estreates sem histórico eleitoral, e que não se restringem às trocas formais de gestão, com centralidade das eleições para as renovações, de forma mais explícita no DEM e implícita no PT. Por fim, discutiu-se a aplicabilidade da teoria dos movimentos de hegemonização e resistência propostos por Assis (2021), com resultados dúbios e a formulação de uma hipótese complementar.

Na análise da trajetória dos ocupantes de três cargos-chave de cada partido discutiu-se a ideia de que a presença no parlamento afeta positivamente a posição no diretório e vice-versa. Nesse sentido, na estrutura partidária, é premiado o vencedor nas urnas, e punido o perdedor. Ademais, constatou-se, no DEM, a importância dos laços familiares no diretório, com destaque para o casal Tadeu e a família Leite. Já no PT, registrou-se um claro perfil na presidência - todos ex-prefeitos da Grande SP - e na tesouraria - todos sem histórico eletivo -, além do predomínio de sindicalistas nos três cargos-chave, reforçando a teoria do modelo genético de Panebianco (2019).

## Referências

ALCÂNTARA, Adriana Soares et al. Os tetos de vidro: sub-representação feminina nas máquinas partidárias. **Estudos Eleitorais**, v. 18, n. 1, 2024;

ASSIS, Pedro Paulo de. **Oligarquias, organização e governo**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência Política) –Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021;

BRAGA, Maria Socorro. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 454–485, 2008;

DUVERGER, Maurice. **Political Parties: Their Organization and Activities in the Modern State**. London: Methuen, 1951;

EDUARDO, Maria Cecília; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Does greater women's presence make a difference? The composition of executive party committees and the allocation of public funds for election campaigns in the 2018 race to Brazil's Chamber of Deputies. **Brazilian Political Science Review**, v. 19, n. 3, jul. 2025;

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. The evolution of party organizations in Europe: the three faces of party organization. **American Review of Politics**, v. 14, p. 593–617, 1993;

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995;

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of the Western Euro-pean party systems. In *Political Parties and Political Development*, ed. Joseph LaPalombara and Myron Weiner. Princeton: Princeton University Press, 1966;

MICHELS, Robert. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. Lisboa: Antígona, 2001;

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**. São Paulo: Martins Fontes, 2019;

RIBEIRO, Pedro Floriano. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 18, n. 2, 2010;

RIBEIRO, Pedro Floriano; LEVEGUEN, B. D. Elites partidárias no Brasil: dados preliminares. *In: Seminário “Elites em diferentes escalas: teoria e metodologia no estudo de grupos dirigentes”*, UFPR, Curitiba, 2013;

RIBEIRO, Pedro Floriano. A Lei da oligarquia de Michels: modos de usar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, jun. 2014;

RIBEIRO, Pedro Floriano. Las elites partidarias en Brasil: perfil político-profesional y patrones de renovación de las cúpulas dirigentes de los principales partidos políticos. *In: Congreso Elites e liderazgo en tiempos de cambio*. Salamanca, 2015;

SCHONFELD, William R. La stabilité des dirigeants des partis politiques: le personnel des directions nationales du Parti socialiste et du mouvement gaulliste. **Revue Française de Science Politique**, 30e année, n. 3, p. 477–505, 1980.